

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Consultivo
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR
FRANCISCO GROS
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO
JORGE HILÁRIO GOUVÊA VIEIRA

DACIO MALTA — *Editor*
MANOEL FRANCISCO BRITO — *Editor Executivo*
ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

SÉRGIO RÊGO MONTEIRO — *Diretor*

Acertando os Ponteiros

Os comentários à falta de pronunciamentos enfáticos de Fernando Henrique Cardoso, que preferiu fechar a primeira semana de governo com a reunião de todo o Ministério, para afinar o pensamento e as linhas de ações a curto, médio e longo prazos, não escondem apenas críticas ao presidente. Refletem, principalmente, os vícios de um país que perdeu a capacidade de planejar seu futuro.

O longo hiato de 15 anos — seis anos do governo Figueiredo, cinco anos da indefinição de Sarney, dois de voluntarismo de Collor, e 26 meses de Itamar Franco — talvez tenha feito o país esquecer que governos devem proceder dentro de rigoroso planejamento prévio.

Desde que assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em novembro de 1992, Fernando Henrique Cardoso revelou disposição incomum para planejar a inserção do Brasil nos grandes temas da geopolítica internacional. Essa capacidade foi transferida em maio de 1993 para o Ministério da Fazenda, e todos sabem o resultado: o sucesso do real levou à eleição do mentor do plano ao comando da nação.

É a seqüência desse estilo de governo que o presidente está submetendo ao ministério, reunido ontem e hoje em seminário para unificar a linguagem e a ação do governo. À primeira vista, poderia ser apenas preocupação de ordem política, para contornar dificuldades na formação da maioria parlamentar para viabilizar a aprovação das reformas da Constituição.

Na verdade, é muito mais do que isso. A recente divergência pública entre os ministros da Administração, Luís Carlos Bresser Pereira, e da Saúde, Adib Jatene, a respeito da estabilidade do servidor público expôs apenas uma parte do problema. A discussão sobre o reajuste dos servido-

res no governo Itamar Franco mostrou que diferentes áreas do governo divergiam até sobre números das contas do Tesouro.

O presidente Fernando Henrique encontrou fórmula mais eficaz que as reuniões matinais para definir as linhas de ação do governo. Transplantando para o Executivo as práticas de grandes empresas privadas, o Palácio do Planalto construiu organograma capaz de permitir ao presidente determinar e acompanhar as ações de governo, cuja execução caberá aos ministérios, sem esperar a aprovação da reforma administrativa.

Os ministros deixarão de divergir porque não serão formuladores isolados de estratégias e ações — algumas só com objetivos de promoção pessoal. Serão executores de orientações emanadas do Planalto, do núcleo central do governo. Países modernos e eficientes agem assim.

O Brasil, ultimamente, não tinha sequer Orçamento aprovado pelo Congresso para o ano fiscal em andamento. Agora, além do rigor na fiscalização das ações de governo, que precisam estar de acordo com as disponibilidades orçamentárias — sob a tríplice vigilância do chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e dos ministros do Planejamento e da Fazenda, José Serra e Pedro Malan — o governo quer recuperar a capacidade de apresentar à nação o Orçamento Plurianual.

Apesar do nome técnico, é peça fundamental que indica às empresas os planos de investimento do governo para os anos seguintes. O governo que consegue unidade de pensamento e cumprir o que promete nos seus planos de investimento, alcança o respeito político e a credibilidade dos agentes econômicos. O planejamento que surgir das reuniões de ontem e de hoje em Brasília terá, portanto, impacto na estabilidade econômica e no bem estar do país.